



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

EDUCAÇÃO DO MST

Edlene Santos Oliveira*
(UESB)

Elisângela Santos Oliveira**
(UESB)

RESUMO

O presente estudo se debruça sobre aspectos bibliográficos importantes da educação em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de um dos movimentos sociais populares mais representativos da América Latina que marcou na história das políticas sociais as lutas por liberdade e por terra, em grande parte do continente. A intenção central desse estudo é analisar a influência da educação escolar nas rápidas transformações do campo brasileiro, entre os fins da década de 1970 e início dos anos 80. O MST tem destaque pela sua história de crescimento organizado e estratégico, o qual exige de seus representantes um pensamento mais sistemático e formalizado sobre a implantação da educação no/do campo, com uma pedagogia única, voltada para os interesses e objetivos do movimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Escola; MST.

*Graduada em Geografia e especialista em Geografia e Desenvolvimento Local pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestranda em Ciências Sociais na Educação, na Universidade Estadual de Campinas/SP – UNICAMP. E-mail: eudioliveira@hotmail.com.

**Graduada em História e Administração, especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e especializanda em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. E-mail: elis_vc@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO DO MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social de uma parcela excluída da sociedade que se configura através de ações coletivas de luta por terra, para garantir um espaço de vida e sobrevivência. Essas ações transformam o MST em um dos movimentos mais amplos e organizados da história brasileira. Herdeiro de movimentos populares que se destacaram desde os primórdios da colonização européia, como as Capitâneas Hereditárias, passando pelas guerras de Canudos e Contestado, tem forte influência das Ligas Camponesas, do final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, e outras lutas que significaram a complexidade das relações sociais no/do campo, até chegar à luta pela reforma agrária nas décadas de 70 e 80 do século XX. Nessa concepção de movimentos sociais que se destacaram na história na América Latina, o autor a seguir diz:

Destacar, en el caso latinoamericano, y especialmente el brasileño, el surgimiento de los movimientos sociales (populares y de otra naturaleza – de genero, ecológicos, indígenas, de negros, de derechos humanos etc.), generadores de nuevos sujetos sociales que fortalecieron a la sociedad civil en las últimas décadas, trayendo prácticas innovadoras que pusieron en tela de juicio las prácticas tradicionales implementadas por el Estado y por el mercado, como la ruptura con el “reinado de privilegios” (WANDERLEY, 2003, p. 4).

Dentro desse invólucro de ações coletivas sociais na terra, surgiu a necessidade e a urgência de se pensar a educação no campo, visto que emergia desse núcleo a preocupação com as veias intelectuais do movimento – seus dirigentes e as



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

principais lideranças; preocupação também com jovens e crianças, que representam o futuro e consolidação do seu significado, e participam fortemente da luta pela terra trazendo consigo essa representatividade. Pensar, sistematizar e formalizar a educação escolar comprometida com os princípios ideológicos do movimento tornou-se meta importante para o MST. Nessa ótica entende-se que:

Para o MST, a escola é uma exigência imposta pela realidade das crianças em idade escolar que acompanham os pais nas ocupações de terra. A educação é defendida não como um fim em si mesmo, mas como instrumento de luta pela terra e por condições de vida, de afirmação de sua identidade (CALDART, 2000, p. 73).

Nesse viés, esse artigo procura analisar as rápidas transformações no campo brasileiro, entre os fins da década de 1970 e início dos anos 1980, através da educação escolar e sua pedagogia ímpar, aplicada em assentamentos rurais, e das ações de sujeitos sociais que participaram desse processo, devido sua condição de excluídos da terra, imposta pelas regras do capitalismo.

Mediante esse processo de ampliação do campo, o MST procura fortalecer suas raízes territorializando o movimento e dando sentido científico e acadêmico a suas ações, engendrando conhecimentos mais sistemáticos sobre a terra, e isso só é possível mediante a implantação e formalização da educação camponesa. Para Pereira (2003, p.7): “O MST pode ser definido, então, como um movimento social que resiste a esse quadro histórico de injustiças cometidas contra os menos favorecidos [...]”.

Essa ação coletiva rural implica em um movimento social que busca meios viáveis de acesso a terra, uma forma de se desvencilhar das “chagas” provocadas pelo processo de globalização que atinge a economia da América Latina e busca mobilizar o Estado quanto a essas transformações verificadas na sociedade. Nesse aspecto, entende-se que o modelo de democratização utilizado nos países latino americanos



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

atingiu, de forma catastrófica, essas economias, obrigando seus povos a tomarem uma postura conflituosa de requerer direitos perdidos ou nunca adquiridos, quando se sentiam a margem dos planejamentos políticos e ainda oprimidos pela classe detentora do poder, fazendo aflorar diferentes formas de luta por igualdade social. Nesse aspecto entende-se que:

Si se examinan las nuevas manifestaciones de la acción colectiva desde Chiapas, Villa El Salvador de Perú, los movimientos campesinos ligados al narcotráfico o los más tradicionales de lucha por la tierra, los movimientos étnicos y de género, las movilizaciones de protesta contra el modelo económico, las nuevas expresiones de los movimientos estudiantiles, entre otros, se verá que todas ellas comparten rasgos de ambos modelos de modernidad combinados con las propias memorias colectivas (GARRETÓN, 2001, p. 1).

De acordo ao exposto, vê-se que, no decorrer da sua história, o Brasil consolidou uma estrutura fundiária desigual, baseada na concentração da terra e exclusão de grande parcela da população.

A chegada do colonizador as Américas não foi pacífica, ocorreram vários confrontos dos povos indígenas com os invasores da sociedade capitalista europeia. O mesmo cenário de luta pela liberdade e pela terra se repetiu com os negros que se organizavam em Quilombos. O mais conhecido foi o Quilombo dos Palmares/AL.

De 1500 a 1822, todas as terras brasileiras pertenciam a Portugal, que doava ou cedia o direito de posse a pessoas de sua confiança, essa situação perdurou durante muito tempo, através da criação de Capitânicas Hereditárias e das Sesmarias, que atendiam às necessidades de obtenção de lucros a partir da exportação de produtos agrícolas cultivados no sistema de plantation, ou seja, em grandes propriedades monocultoras, escravistas e cuja produção era voltada a exportação.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

No ano da independência política, entre 1822-1850, vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas, já que não havia se criado leis para regulamentar essa situação, pois não existiam cartórios. Nesse período, a terra não tinha valor de troca, prevalecia o valor de uso a quem quisesse cultivar e vender sua produção. Ainda vigorava a escravidão, e os escravos negros eram prisioneiros nos latifúndios. Nesse contexto:

[...] a posse da terra doada em extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão, não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimento para isso os sesmeiros necessitavam ter animais – bois e cavalos importados da Europa – e escravos (ANDRARE, 1998, p. 62).

Ainda em 1850, com o aumento da produção cafeeira e a implantação da lei Eusébio de Queirós, esse quadro social sofreu densas mudanças com a proibição do tráfico negreiro e a chegada de imigrantes europeus, que substituíram a mão-de-obra escrava, trabalhando nas lavouras de café.

Com o intuito de fornecer mão-de-obra barata aos latifúndios, o governo impediu o acesso dos imigrantes à propriedade através da criação, ainda em 1850, da Lei de Terras, tornando todas as terras devolutas propriedade do Estado.

Em 1964, o presidente João Goulart tentou desviar o papel do Estado brasileiro do setor produtivo e pretendia promover uma reforma agrária. Em oposição à política de Goulart, houve a intervenção militar e a implantação da ditadura.⁵⁷⁸

⁵⁷⁸Sobre isso Martins (1985, p.21) esclarece que: O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Dentre os processos de transformação ocorridos na sociedade, vê-se que as raízes históricas e os fatores que sucedem a concentração da terra, pela perpetuação da terra como prestígio e poder, desde as Capitânicas Hereditárias até os dias de hoje, entrega grandes propriedades improdutivas concentradas nas mãos de grandes latifundiários, isso encerra a ação do Estado que não viabiliza recursos para atender as necessidades do homem do campo. Para entender como o meio rural está incluso no processo de globalização, o cientista geógrafo interpreta o mundo contemporâneo assim:

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, p. 20).

Todo esse processo é fruto da história que relata esses comportamentos da sociedade política brasileira, o qual veio desencadear fortes conflitos que se destacaram por liberdade e por terra, como a Guerra de Canudos nos sertões da Bahia, entre 1896 a 1897. Com o intuito de exterminar Canudos, foi mobilizada a quarta expedição militar contra a população e seu líder, foi um conflito que durou cerca de um ano entre Exército e camponeses. Como explica o trecho a seguir:

O fim da escravidão no século passado não foi suficiente para remover as injustiças sociais, e o nordeste latifundiário viu nascer no sertão a luta sangrenta de Canudos. Camponeses e Exército lutaram violentamente por mais de um ano (OLIVEIRA, 1999, p. 16).

No final de 1912, no estado de Santa Catarina, sul do país, ocorreu a Guerra do Contestado, recebe este nome por se tratar de uma região com limites territoriais incertos, sendo contestado tanto pelo Paraná como por Santa Catarina. O envolvimento dos camponeses nessa guerra teve relação com a posse da terra na



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

região, sendo que a situação de miséria dos membros de Contestado envolveu fatores econômicos e políticos, após a instalação do regime republicano e a adequação do Brasil às necessidades internacionais do processo de industrialização.

Diante desses fatos, retratando-se na história de enfrentamento e luta por terra, surge na sociedade brasileira, no final dos anos 70 e início dos anos 80, um movimento que representou e representa, a coragem do povo excluído e a conquista do espaço rural. A construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve sua origem através de várias lutas simultâneas no campo⁵⁷⁹.

O MST cresceu, expandindo-se de forma acelerada, exigindo do Estado uma política sistematizada voltada para o campo e seus sujeitos. “Afiml minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da História” (FREIRE,1996, p.54). O movimento tem como meta a desapropriação de terras passíveis de ocupação, o que se tornou um marco por lutas e conquistas, as quais exigem uma forma coletiva de agir, outra característica típica do MST. Essa postura política força o Estado a olhar com atenção as suas próprias ações perante a sociedade e a finalidade de seu governo sob o poder público, visto que:

Según las condiciones históricas y estructurales brasileñas, en las cuales hubo siempre una privatización del Estado por parte de las élites (económicas y políticas principalmente, pero no únicamente), generando una cultura de apropiación del público por lo privado, se hace necesario un proceso continuo de todo lo publico que impregne

⁵⁷⁹Fernandes (1996, p.97) contextualiza a sua formação: (...) as ocupações das Glebas Macali e Brillhante, no município de Ronda Alta, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê/SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina,Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Nivaraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores arrendatários desenvolviam uma imensa luta pela resistência na terra. Outras lutas aconteciam nos estados da Bahia, no Rio de Janeiro e Goiás.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

a la sociedad, que permita movilizar espacios de representación, interlocución y negociación entre los actores sociales, que dinamice nuevas formas de articulación/integración entre Estado y Sociedad Civil en que intereses colectivos puedan ser explicados y confrontados (WANDERLEY, 2003, p. 5).

Sendo esse discurso importante para a formação da consciência política dos militantes do MST, um dos seus objetivos cruciais é perpetuar a educação no campo, não só para aproximar o homem dos conhecimentos sistemáticos da terra, passando pela formação da consciência ambiental, como também construir uma relação entre educação e reforma agrária. No Estado de São Paulo as escolas dos assentamentos já organizaram sua Proposta Pedagógica direcionada para a ação educacional do MST.

Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular. En este punto, llevan la delantera los indígenas ecuatorianos que han puesto en pie la Universidad Intercultural de los Pueblos y Nacionalidades indígenas - que recoge la experiencia de la educación intercultural bilingüe en las casi tres mil escuelas dirigidas por indios-, y los Sin Tierra de Brasil, que dirigen 1.500 escuelas en sus asentamientos, y múltiples espacios de formación de docentes, profesionales y militantes (Dávalos, 2002; Caldart, 2000). Poco a poco, otros movimientos, como los piqueteros, se plantean la necesidad de tomar la educación en sus manos, ya que los estados nacionales tienden a desentenderse de la formación. En todo caso, quedó atrás el tiempo en el que intelectuales ajenos al movimiento hablaban en su nombre (ZIBECHI, 2003, p. 3).

De acordo com o autor, vários segmentos sociais que representam movimentos populares em toda a América Latina estão criando sistemas pedagógicos próprios para fomentar a educação popular, a exemplo do Brasil, que tem se empenhado nessa conduta educacional, como uma forma de manter seu espaço politicamente correto e de forma integralizadora.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Nesse panorama da educação no MST, muitas foram as preocupações com normas e objetivos a serem alcançados com as propostas pedagógicas do movimento, nela estavam inseridos todos os sujeitos que participaram desse cenário emblemático, e agora era importante que esta ação educacional contemplasse o seu conjunto.

O objetivo da formação política de jovens agricultores sem-terra nas escolas do Movimento situa-se, como antes referido, em campo inteiramente distinto — em resumo, pretende-se tão somente produzir a adesão a uma compreensão “total” e fechada da política que, de fato, sequer procura situar-se concretamente em relação ao desenvolvimento político brasileiro recente, pois volta-se inteiramente “para dentro”, já que é destinada precipuamente a manter a disciplina, a motivação e a coesão entre seus militantes intermediários (NAVARRO, 2002, p.12).

Essa pedagogia apresenta diretrizes educacionais tanto formais como informais, fazendo com que a experiência transcenda a escolarização, “não é possível compreender o sentido da experiência de educação no e do MST se o foco de nosso olhar permanecer fixo na escola” (CALDART, 2000, p.143).

A preocupação com a educação do campo veio junto com a formalização do MST, em 1984, quando ocorreu o I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel/PB. Inicia-se com a organização dos trabalhadores rurais sem terra em acampamentos, mostrando que era possível e viável a sua ação. Famílias passaram a viver em conjunto, exigindo a construção de novas relações, inseridas num processo de conquista da terra, carregadas de profundo sentido social. Aprenderam a viver com as diversidades (raça, religião, cultura, gênero, etc.), mesmo que em barracas de lona, e criaram diferentes formas de sociabilidade.

Aqui surge o lugar das trocas de experiências de vidas, vínculos de comunicação são estabelecidos entre sujeitos e suas famílias, novos símbolos e



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

códigos são utilizados no diálogo cotidiano. A plantação e colheita, as crias, a economia, a política, se transformam em um câmbio social, ação inerente a todo ser humano, esse processo marca o início da história da educação do MST. Caldart e Schuwaab (1991) destacam o acampamento de Encruzilhada do Natalino, município de Ronda Alta/RS, como o local onde surgiram as primeiras preocupações com as crianças em acampamentos, suas vidas infantis num acampamento à beira de uma rodovia. Essa situação deixou um grupo de mães preocupadas “(...) alguns adultos perceberam a ansiedade dessas crianças e começaram a pensar no que fazer com elas. São formados grupos de mães, que passam a orientar as brincadeiras do grupo com as crianças” (CALDART & SCHUWAAB, 1991, p.87).

O I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocorreu em 1985, trazendo consigo importantes características desse período: a formação de Educação e coletivos regionais no interior de cada Estado. Foram metas de articulação dos sujeitos envolvidos com educação nos acampamentos e assentamentos, endossadas por uma reflexão pedagógica idealizadora realizada por aqueles que construíram o setor educacional, juntamente com as idéias de Paulo Freire, que favoreceu grandiosamente na elaboração dessa pedagogia diferenciada, implantada na escola.

Nesse mesmo ano, 1985, a Fazenda Annoni, que representava um latifúndio de 9.300 hectares, no município de Pontão/RS, foi ocupada por mais de 1.500 famílias, as quais desenvolveram atividades através de equipes de trabalho, principalmente a equipe de educação, e o agrupamento de mães foi o alicerce para a construção dessas equipes, para solucionar problemas ligados a segurança das crianças. “No começo, também aqui não se pensava em escola e nem se sabia discutir com elas o que estava se passando ali” (CALDART e SCHUWAAB, 1991, p. 89).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O MST formou equipes destinadas a organizar as atividades do acampamento de maneira sistemática. A equipe responsável pela educação passou a fazer parte das discussões sobre os problemas do acampamento e sobre o ensino e escolarização infantil, essas reflexões levaram o grupo a pensar a educação popular e a apontar a necessidade de uma escola no acampamento Annoni. Esse assunto repercutiu de forma acelerada chegando a dividir a opinião do grupo.

Bernadete Schuwaab, uma das ativistas da equipe de educação, juntamente com mais outras professoras e voluntários conseguiram mobilizar a maioria dos acampados, levantando questionamentos e considerações sobre a importância da educação e da escola para o acampamento, transformando essa iniciativa em mais uma bandeira de luta, agora uma escola oficial para Annoni. A prefeitura municipal de Sarandi e o governo do Estado do Rio Grande do Sul foram acionados e prometeram destinar verbas para a escola. Até 1987, esse problema não tinha sido resolvido, forçando um grupo de acampados a procurar a prefeitura, e com pedaços de lona construir a primeira escola oficial do acampamento, como relatam as autoras (Idem, p.91): “As aulas aconteciam todas no mesmo barracão, num sistema de três turnos. Eram 23 professores para 600 alunos de 1ª série”.

Em seguida é aprovada a construção da escola e com mais algumas estratégias de ocupação de toda a fazenda, foi necessária a anexação de mais sete escolas no acampamento Annoni. Este fato chamou a atenção de outros assentamentos e acampamentos, possibilitando a formação de equipes regionais interligadas que, como relata Caldart e Schuwaab (1991, p.94), “mobilizou e articulou professores representantes de assentamentos de toda região”.⁵⁸⁰

⁵⁸⁰Caldart e Schuwaab (1991) citam a região de Novo Sarandi, Passo Real e, principalmente, Nova Ronda Alta.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Desde então o MST vem se empenhando em formalizar sua proposta pedagógica no intuito de atender à necessidade de desenvolver ciência no campo e garantir a qualidade de vida de seus seguidores.

Para Zibechi (2003) esses movimentos sociais da atualidade, estão relacionados por categorias distintas: territorialidade, autonomia política, valorização da cultura, afirmação de identidade e capacidade de formar seus próprios intelectuais. “Las formas de organización de los actuales movimientos tienden a reproducir la vida cotidiana, familiar y comunitaria, asumiendo a menudo la forma de redes de auto organización territorial” (Idem, 2003, p.3).

A partir do que foi exposto, torna-se de fundamental relevância social, analisar a ação do MST e a construção da sua história até a elaboração de seu sistema pedagógico e implantação da educação escolar em áreas de assentamentos rurais, educação essa norteadora dos significados que visam aprofundar suas raízes, valorizar culturas e disseminar vivências da/na terra.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manual Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6.^a ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998
- CALDART, R. Salete. *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CALDART, Roseli & SCHUWAAB, Bernadete. *A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos*. In: STÉDILE, João Pedro & GÖRGEN, Frei Sérgio (orgs.). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1991, p. 85-114.
- CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996, 220p.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GARRETÓN, Manoel Antônio. *Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina*. In: S E R I E políticas sociales Santiago de Chile, octubre de 2001- 56 División de Desarrollo Social.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, 135p.
- NAVARRO, Zander. *“Mobilização sem emancipação”: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil*. In: Labour Again Publications. Disponível em www.znavarro@portoweb.com.br.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das Lutas no Campo*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1999, 127p.
- PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. *Derrubando as cercas do conhecimento: a educação dos trabalhadores rurais sem terra (Brasil)*. In: Currículo Sem Fronteiras, v.3, n.1 pp. 5 a 10, jan/jun, 2003. ISSN 1645-1384. Disponível em www.curriculosemfronteiras.org.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 175p.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Mercosur y las sociedad civil*. In: 14. Publicado em la Revista del CLAD Reforma e Democracia. N°25. (Feb. 2003). Caracas.
- ZIBECHI, Raúl. *Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafios*. In: OSAL, Observatorio Social de América Latina, enero de 2003.